

ARTIGOS PUBLICAÇÃO CONTÍNUA

Carolina Gonçalves Pedron ^I

Manuela Roveder Dias ^{II}

José Renato Ferraz da Silveira ^{III}

O poder a partir do espectro da violência de gênero: a prática de instrumentalização do corpo feminino como objeto político durante a ditadura chilena (1973-1990)

Power from the spectrum of gender violence: the practice of instrumentalizing the female body as a political object during the chilean dictatorship (1973-1990)

RESUMO:

O presente estudo tem o objetivo de compreender de que maneira a violência e instrumentalização realizada com as mulheres chilenas foi transformada em uma forma de poder, tanto político como militar, durante a ditadura de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990). A partir das bibliografias estudadas foi possível observar que o regime usou a violência sexual e outras formas brutais de repressão para humilhar e silenciar mulheres que se opunham ao sistema, ao mesmo tempo em que reforçava valores machistas e perpetuava desigualdades de gênero. A pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica sobre a ditadura Chilena e seu impacto, em conjunto com relatos de mulheres, encontrados em livros, que foram vítimas da instrumentalização de seus corpos para corroborar na concretização desta violência política e militar.

ABSTRACT:

This study aims to understand how the violence and instrumentalization perpetrated against Chilean women was transformed into a form of both political and military power during Augusto Pinochet's dictatorship in Chile (1973–1990). Based on the reviewed literature, it was observed that the regime used sexual violence and other brutal forms of repression to humiliate and silence women who opposed the system, while simultaneously reinforcing patriarchal values and perpetuating gender inequalities. The research consists of a bibliographic review on the Chilean dictatorship and its impacts, combined with testimonies of women, found in books, who were victims of the instrumentalization of their bodies, thus contributing to the consolidation of this political and military violence.

Palavras-chave: Ditadura chilena; Violência de gênero; Poder; Instrumentalização; Tortura

Keywords: Chilean dictatorship; Gender-based violence; Power; Instrumentalization; Torture

^I Graduanda em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria  ROR, Santa Maria, RS, Brasil.
pedroncarolina@gmail.com,  <https://orcid.org/0009-0003-8216-178X>

^{II} Graduanda em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria  ROR, Santa Maria, RS, Brasil.
manuelarovederdias200700@gmail.com,  <https://orcid.org/0009-0003-2941-8785>

^{III} Doutor em Ciências Sociais (Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor, Universidade Federal de Santa Maria  ROR, Santa Maria, RS, Brasil.
jreferraz@hotmail.com,  <https://orcid.org/0000-0001-7751-7583>

INTRODUÇÃO

O golpe militar de 11 de setembro de 1973 marcou o início de uma das ditaduras mais violentas da América Latina, liderada por Augusto Pinochet no Chile. Durante 17 anos, o regime combinou repressão política, censura e a implementação de políticas neoliberais que aprofundaram desigualdades sociais e econômicas (SIMÕES, 2012, p. 5). Além disso, a ditadura consolidou valores conservadores e patriarcais, o que afetou profundamente as mulheres em um contexto já marcado pela desigualdade de gênero. Nesse cenário, o corpo feminino foi instrumentalizado como uma ferramenta de dominação e repressão política, onde a violência sexual e outras formas de agressão serviram para reforçar as estruturas de poder autoritário e silenciar vozes dissidentes (GARRAO, 2008, n.p.).

Este estudo tem como objetivo analisar como a violência de gênero, argumentada por Santos (2017), foi utilizada pelo regime de Pinochet como um mecanismo de poder, explorando a instrumentalização do corpo feminino como parte da repressão política e do controle social. A pesquisa busca compreender as motivações por trás dessas práticas e as dinâmicas de poder envolvidas, além de refletir sobre os impactos na luta feminista chilena e na consolidação de um modelo patriarcal durante o período ditatorial.

A metodologia adotada combina uma abordagem qualitativa com duas etapas principais: a revisão bibliográfica e a análise de relatos e depoimentos de vítimas disponíveis para consultas públicas. A revisão bibliográfica abrange material acadêmico e documental sobre a ditadura chilena, estudos de gênero, poder e violência, enquanto a análise de relatos utiliza depoimentos de mulheres que foram vítimas de tortura, acessados por meio de entrevistas e transcrições encontradas em livros e por sites da internet. Essa combinação metodológica busca compreender não apenas os aspectos históricos e teóricos do tema, mas também as experiências pessoais e subjetivas das mulheres que enfrentaram a repressão.

A relevância deste estudo reside em dar visibilidade às mulheres como agentes históricos e em evidenciar as marcas deixadas pela violência de gênero no contexto ditatorial chileno. Ao revelar como a instrumentalização do corpo feminino foi central para o regime, esta pesquisa busca contribuir para o debate sobre memória, direitos humanos e igualdade de gênero, reforçando a importância de compreender o passado para construir um futuro mais justo e inclusivo.

CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A DITADURA CHILENA

A ditadura militar no Chile, instaurada em 11 de setembro de 1973 com o golpe liderado pelo ditador e general Augusto Pinochet, é um dos episódios mais marcantes e dolorosos da história da América Latina. O dia ficou marcado como a queda do presidente Salvador Allende, eleito democraticamente em 1970 até 1973, e deu início a 17 anos de um regime autoritário que deixou marcas profundas na política, na economia e na sociedade chilena (HUNEEUS, 2002, n.p.).

Esse período foi definido pelos autores por uma repressão sistemática e cruel. As liberdades civis foram esmagadas, e a violência de Estado atingiu proporções alarmantes. Carlos Huneeus (2002) descreve como o regime de Pinochet utilizou a Direção de Inteligência Nacional (DINA)¹ como um instrumento de repressão, operando para perseguir e eliminar opositores, inclusive além das fronteiras do Chile.

Paralelamente, o governo Pinochet implementou um modelo econômico neoliberal, em parte inspirado pelos economistas da Escola de Chicago, os chamados "Chicago Boys" (HUNEEUS, 2002, n.p.). Sob essa orientação, ocorreram privatizações em larga escala, desregulamentação de mercados e cortes severos nos programas sociais (HUNEEUS, 2002, n.p.). Pedro e Wolff (2010) argumentam que

esses ajustes promoveram crescimento em alguns setores, mas à custa de uma sociedade mais desigual e com menos proteções para os trabalhadores. Como observam Pedro e Wolff (2010), "as ditaduras do Cone Sul, incluindo o Chile, não apenas reprimiram a oposição política, mas também reconfiguraram profundamente o tecido social e econômico" (PEDRO; WOLFF, 2010, p. 8).

A violência contra as mulheres foi outro aspecto marcante desse período. Segundo Talita Lima dos Santos (2017), mulheres enfrentaram formas específicas de violência, incluindo a violência sexual como arma de repressão e desumanização. Essa prática evidenciou como o corpo feminino se tornou "um campo de batalha onde o poder e a dominação se manifestavam de forma ainda mais perversa" (PEDRO; WOLFF, 2010, p. 11).

Com o fim da ditadura em 1990, o Chile iniciou um processo de transição democrática que, embora significativo, foi limitado por heranças autoritárias. A Constituição de 1980, criada sob o regime, permaneceu em vigor, restringindo mudanças estruturais e perpetuando o legado de Pinochet (HUNEEUS, 2002, n.p.). Nesse período, surgiram movimentos sociais e organizações de direitos humanos que exigiam verdade, justiça e memória. Comissões como a Rettig² e a Valech³ documentaram os horrores do regime, mas a impunidade permanece como uma ferida aberta para muitas famílias (SANTOS, 2017, n.p.).

Além disso, as décadas pós-ditadura trouxeram à tona debates fundamentais sobre o papel da democracia e da inclusão social. Para Iglesias (2010), “a democratização não se limita ao direito ao voto; ela exige dar voz àqueles que foram silenciados durante anos de autoritarismo” (IGLESIAS, 2010, p. 52). Nesse contexto, a autora destaca que os movimentos feministas e de direitos humanos desempenharam um papel crucial ao pressionar por mudanças reais, tanto no âmbito político quanto social.

É possível observar a partir da análise que a ditadura chilena expõe não apenas as consequências de regimes autoritários, mas também as tensões entre a modernização econômica exposta por Pedro e Wolff (2010) e os direitos das mulheres, como levantado por Iglesias (2010). Mais do que uma história de repressão, também se tratou de uma história de resistência e de luta por justiça, que seguiu inspirando os debates e reflexões de outros estudiosos da América Latina.

Impactos na luta feminista chilena

As organizações voltadas para pautas feministas nascidas entre as mulheres chilenas já haviam tomado força mesmo antes da entrada do governo de Pinochet no poder, um dos principais movimentos ficou conhecido como o Movimento de Emancipação da Mulher Chilena (MEMCh)⁴, que

foi responsável pela implementação do direito ao voto para as mulheres, inicialmente municipal e em 1949 nas eleições gerais, como também, pela abertura de cargos em espaços políticos, sendo possível observar a seguir.

En 1933 nació el Comité Pro Derechos Civiles de la Mujer, liderado por Felisa Vergara y Amanda Labarca. Esta organización, junto a otras, tuvo gran protagonismo en la discusión parlamentaria del voto femenino municipal. Asistieron a las sesiones parlamentarias, ejercieron presión sobre los parlamentarios, realizaron una intensa campaña de prensa y organizaron múltiples manifestaciones públicas. Estas organizaciones tuvieron desde un inicio una posición definida en la discusión: a) el voto municipal era sólo un paso intermedio, siendo el objetivo final la igualación de derechos políticos; y b) la única alternativa aceptable era un sistema de “sufragio amplio”, donde el voto femenino y el masculino estuvieran sujetos a los mismos requisitos. (VARAS; VALENZUELA, 2015, n.p).

Kirkwood (1986) afirma que embora o movimento feminista chileno como observado na citação de Varas e Valenzuela (2015), tenha realizado conquistas importantes para os direitos femininos e feito com que as mulheres do país todo se reunissem para trazer voz à suas demandas, a partir do momento em que elas foram atendidas, outras pautas sociais não foram levantadas, e assim,

as organizações feministas chilenas foram perdendo força e silenciando-se aos poucos. Kirkwood (1986) ainda aponta que outro fator que influenciou esse enfraquecimento foram as diversas divisões econômicas e sociais entre as mulheres, que acabavam por formar associações que traziam perspectivas e prioridades distintas para os novos debates do grupo, concretizando uma falta de coesão e assertividade entre as demandas e ações para a frente feminista.

En síntesis, no se presionó ni se exigió a la teorización y a la práctica política contestataria - por no provocar divisionismo- que se pusiera de cara a su contenido sexista. Casi universalmente se llegó a la misma evidencia: no importaba cuánto hubiese costado. ni cuán larga hubiese sido la lucha sufragista. los movimientos feministas se disolvían justamente cuando se obtenía el voto político. (Kirkwood, 1986, p. 72).

Contudo, é argumentado que pautas como desigualdade de gênero, violência sexual e a crescente cultura do patriarcalismo não chegaram a ser pontos primordiais de discussões entre as mulheres chilenas, o que levou a ausência de um posicionamento feminino mais resistente perante ao regime ditatorial que estava sendo instaurado e a desmotivação das poucas que estavam na frente política a se mobilizarem contra a sua segregação (SANTOS, 2017, p. 18).

Santos (2017) analisa que mesmo que houvessem mulheres que protestavam contra a sua opressão neste novo governo, suas participações eram escassas e com movimentações lentas, abrindo assim, brechas para o começo de uma onda de violências políticas e militares sobre o gênero feminino, por meio de desencorajamento e humilhação de suas lutas. A estudiosa cita que esses fatores contribuem para uma rápida e intensa dominação patriarcal sob seus corpos e direitos humanos.

Contudo, a participação política feminina desencorajada por meio dos costumes culturais que submetiam as mulheres na esfera privada da sociedade, acabou por fomentar a violência vivida pelas mulheres que militavam as quais ouviam de maneira truculenta e violenta que elas deveriam voltar ao seu “lugar de mulher”, ou como se dirigiu o chefe carabineiro da DINA. (SANTOS, 2017, p. 17-18).

Na Figura 1 observa-se mulheres feministas juntas em manifestações no Chile contra o regime Pinochet.

Figura 1 – Feministas en lucha anti Pinochet, Chile



Fonte: Wikimedia Commons (2012)

Outrossim, Santos (2017) relata que inicia-se a partir dessa desmobilização e crise de pautas dentro do cenário feminista uma onda de ataques repressivos e de agressões contra mulheres chilenas, tanto por meio de ações do governo, como por atitudes dos próprios militares. Esses atos, no entanto, foram entendidos por Santos (2017) como não apenas motivados pelo simples fato de uma diferenciação de gênero ou pela ocupação das mulheres em cargos políticos e organizações que lutassem pelos seus direitos, e sim de maneira estrategicamente pensada para que fosse possível a implementação de um regime ditatorial por meio do medo e da manipulação, sendo exemplificado

nos próximos capítulos a partir de autores como Almeida (2022) e Garrao (2008).

ENTENDENDO A VIOLENCIA DE GÊNERO COMO UMA FORMA DE PODER NO REGIME DITATORIAL DO CHILE

“O corpo feminino, inserido numa sociedade que se estrutura no patriarcado, não é só da mulher. É um corpo político, um campo de batalha.” (VERENICZ, 2022, n.p). A partir dessa afirma-

ção, em uma análise da história global e da estrutura de regimes ditatoriais que foram implementados no governo de diversos países, fica claro que a violência de gênero é uma característica que sempre faz-se presente nesses modelos de tomada de poder. Este modo de violência, porém, não necessariamente é uma exclusividade encontrada somente nas ditaduras, mas sim, em um modo geral, em diversos tipos de conflitos e guerras que ocorreram na história (VERENICZ, 2022, n.p.). Com o objetivo de compreender como esse tipo de violência se relaciona com as formas de poder político e militar, o presente capítulo parte da compreensão que é de suma importância analisar como são constituídas as suas motivações e demonstrações.

A violência de gênero, analisada de uma maneira mais compacta, “é considerada como uma forma de exercer poder sobre alguém situado em uma posição de inferioridade hierárquica ou de subordinação” (GARRAO, 2008, n.p.). Ela se dá primordialmente por conta do patriarcado instaurado no sistema mundial em um todo, que marca uma diferenciação estrutural entre homens, como seres superiores, e mulheres, como seres inferiores (BRAVO, 2019, p. 2). Com isso, uma desigualdade implantada entre os gêneros pode ser vista em praticamente todas as formas de sociedade, não sendo diferente no país do Chile, que demonstra de maneira mais brutal e violenta essa diferenciação perante a instauração do regime ditatorial de

Pinochet, que carregava consigo valores tradicionais, patriarcal e hierárquico. Esses valores, no entanto, só seriam possíveis de ser implantados no momento que houvesse a quem praticá-los, e deste modo, diversas mulheres chilenas foram submetidas a ações que iam contra os seus direitos humanos (KIRKWOOD, 1986, p. 53).

Antes de tratar-se das práticas específicas cometidas contra as cidadãs do Chile, é necessário analisar a violência de gênero como um objeto político de poder, pois “onde grassa a violência está a assimetria, e o gênero é justamente a matriz replicável de poder que alegoriza a disparidade, sendo um referente preponderante e onipresente de distribuição de status e de hierarquização.” (ALMEIDA, 2022, p. 10). Logo, a violência de gênero aqui não pode ser diminuída a uma prática que tem como o objetivo ferir fisicamente outra pessoa, mas que quer além disso, perpetuar evidências de força e autoridade que reforce a imagem masculina tão glorificada dentro da sociedade patriarcal, demonstrando quem manda e quem obedece.

Por conta da união feminista existente no Chile antes da instauração da nova ordem, como observado anteriormente, as mulheres eram alvos inimigos na ditadura, pelo medo da suas lutas e posições cada vez mais impactantes. As medidas de violência foram um fator essencial por parte do governo para silenciá-las e impedirem meios de

rebeldia e revolução, utilizando-se de diversas meios para atingir esse objetivo, como argumenta Santos (2017):

Este dispositivo de caráter “disciplinar”, incidiu sobre as mulheres que ousaram ultrapassar as barreiras dos papéis convencionais nos quais estavam milenarmente submetidas [...] a violência que recaiu sobre as mulheres ficou situada na sua condição de ser mulher, que ia desde a violência psicológica até o uso da violência sexual. (Santos, 2017, p. 35).

Em geral, as mulheres eram um alvo para que a violência fosse materializada, a partir da instrumentalização de seus corpos como um objeto que demonstrava as forças políticas de quem estava com o poder (VERENICZ, 2022, n.p.). Com isso, os ditadores poderiam recolher informações e demonstrar poderio por meio de práticas de tortura física e emocional, explorando seus corpos e desintregando a sua humanidade, os vendo como um campo que pode ser explorado para conseguir ganhos e vantagens próprias, assim como afirma Segato (2005):

[...] o agressor que se apropria do corpo feminino em um espaço aberto, público, o faz porque deve, para mostrar que pode. Em um, trata-se de uma constatação de um domínio já existente; em outro, de uma exibição de capacidade de domínio que deve ser reeditada com certa regularidade e pode ser associada a ges-

tos rituais de renovação dos votos de virilidade. O poder está, aqui, condicionado a uma mostra pública dramatizada amiúde em um ato predatório do corpo feminino. (Segato, 2005, p. 275).

Assim, a violência de gênero praticada no regime de Pinochet torna-se não só um objeto de poder político de dominação, mas como de conquista e de reafirmação dos papéis sociais inseridos na população do Chile, que auxiliavam na implementação das práticas e ideologias da nova ordem ditatorial. Como será observado próximo capítulo por meio de relatos de vítimas chilenas, as agressões propagavam-se de diversas maneiras, sendo a violência sexual a forma de tortura mais utilizada (GONZÁLEZ, 2016, p. 130). Tem-se então um controle em massa das vidas dessas mulheres, que carregaram consigo danos que marcam para sempre não apenas suas peles, como também suas famílias e futuros familiares, que foram continuamente afetados por feridas que possivelmente nunca serão devidamente curadas, mostrando assim, que a violência aqui não é feita para ser sentida, mas sim, vivida. (GARRAO, 2008, n.p.).

DE QUE MANEIRA OCORREU A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CORPO FEMININO NA DITADURA CHILENA?

Como visto anteriormente, no regime ditatorial chileno, as mulheres foram alvos específicos de violência de gênero que se sobrepôs à repressão política geral. A instrumentalização do corpo feminino foi central no sistema repressivo, configurando-se como um mecanismo de controle e silenciamento. O presente capítulo tem como objetivo expor que a violência sexual contra mulheres não apenas visava desestabilizar as opositoras, mas também reforçava a lógica patriarcal que sustentava o regime autoritário.

Nos centros de detenção controlados pela DINA (Direção de Inteligência Nacional), a violência sexual foi sistematicamente empregada contra mulheres. González (2016) relata que os abusos incluíam estupros, penetrações forçadas com objetos, choques elétricos na genitália, assédio constante e a humilhação da nudez forçada. Essas práticas não eram acidentais, mas parte de uma estratégia de destruição física e moral:

A violência sexual não foi esporádica nos centros de detenção da DINA, mas uma prática inserida na estratégia estatal de aniquilamento do inimigo interno. O objetivo era destruir fisi-

ca e moralmente os detidos por meio do sofrimento do corpo. (González, 2016, p. 132).

Toda essa violência era constantemente acompanhada de insultos e discursos misóginos que buscavam reforçar a inferioridade das mulheres. Uma sobrevivente relatou:

Eles me diziam que eu não era digna de ser mulher, que era uma traidora, uma prostituta. Cada abuso que sofri foi uma forma de me lembrar que meu corpo não me pertencia mais. Eu era deles, e eles podiam fazer o que quisessem. (González, 2016, p. 134).

Conforme relatos documentados, muitas vítimas foram acusadas de serem “más mães, esposas e cidadãs”, uma construção simbólica que buscava justificar os abusos sofridos (GARRAO, 2002, p. 153). Em todo esse contexto, os corpos femininos eram tratados como ferramentas de dominação. Essa instrumentalização baseava-se na percepção de que as mulheres militantes transgrediram os papéis tradicionais esperados em uma sociedade patriarcal. Como descreve Garrao (2002), o regime militar promovia a imagem da mulher submissa, responsável pelo cuidado da família e pela manutenção dos valores morais. Ao se envolverem na resistência política, essas mulheres eram vistas como ameaças, tanto para o governo quanto para a ordem patriarcal:

As mulheres militantes foram rotuladas como perigosas, promíscuas e transgressoras da moralidade. Essa construção justificava os castigos aplicados contra elas, reforçando sua posição de subordinação e desumanização. (Garroa, 2002, p. 153).

A relação entre a violência sexual e o patriarcado também se manifestava na ideia de correção das mulheres transgressoras. Como analisa González (2016):

Nos centros de detenção, o corpo das mulheres se tornou um campo de batalha onde se impunha a violência sexual como forma de demonstrar o poder masculino. As mulheres eram despojadas de sua autonomia, e sua dignidade era destruída para reafirmar sua condição de subordinação. Esse processo estava diretamente vinculado à necessidade de corrigir sua militância, vista como uma afronta ao patriarcado. (González, 2016, p. 133).

Os relatos das sobreviventes são essenciais para compreender a dimensão humana dessa violência. Nos testemunhos analisados por González (2016), as vítimas relatam como essas práticas buscavam apagar sua humanidade e identidade política. “Eles me viam apenas como um corpo que podia ser usado para impor sua autoridade. Cada abuso era uma mensagem de que não éramos nada diante deles” (GONZÁLEZ, 2016, p. 134).

Os relatos de Luz Arce e Marcia Merino são representativos das atrocidades enfrentadas por mulheres nos centros de detenção (GONZÁLEZ, 2016, p. 136). Luz Arce, em seu depoimento incluído no estudo de González (2016), descreve os abusos sexuais constantes que sofreu e como eles eram utilizados para quebrar sua resistência política: “Os abusos não eram apenas físicos; eles destruíam sua mente e sua dignidade. O objetivo era fazer você se sentir menos do que humano, menos do que mulher” (Arce apud González, 2016, p. 135). Além disso, Arce, em seu testemunho analisado por González (2016), afirmou:

A tortura sexual era mais do que uma forma de punição. Era uma forma de nos aniquilar. Cada vez que eles me tocavam, cada vez que eles me machucavam, eu sentia como se uma parte de mim fosse apagada para sempre. Não era apenas o meu corpo que estava sendo violado, era a minha humanidade que estava sendo destruída. (ARCE apud SOLARTE GONZÁLEZ, 2016, p. 135).

Marcia Merino, conhecida como “La Flaca Alejandra”, narrou experiências semelhantes, destacando como o regime buscava romper a moral das militantes por meio da violência sexual (GONZÁLEZ, 2016, p.135). Ela relatou que os torturadores frequentemente justificavam suas ações com insultos sexistas, reforçando sua visão de que “mulheres não pertencem à política ou ao

espaço público” (GONZÁLEZ, 2016, p. 134). Merino relatou que:

Eles diziam que éramos monstros, que não éramos mulheres de verdade. Queriam nos fazer acreditar que não tínhamos valor, que nossa resistência era inútil. A violência sexual era a maneira de nos reduzir a nada, de nos transformar em coisas que eles podiam controlar e descartar (Merino apud González, 2016, p. 134).

A violência sexual na ditadura chilena estava profundamente conectada à estrutura patriarcal que sustentava o regime. Conforme destacado por Garrao (2002), os agentes da repressão foram treinados para enxergar as mulheres militantes como ameaças que precisavam ser eliminadas, tanto física quanto moralmente. Um oficial, citado por Zamora, descreveu as mulheres como “especialmente perigosas, pois sua militância era sempre acompanhada de comportamentos desviantes, como prostituição” (GARRAO, 2002, p. 153). Essa percepção refletia uma mentalidade que via as mulheres como inferiores e que utilizava a violência sexual como uma ferramenta para reafirmar a supremacia masculina. Como analisa González (2016), “a violência sexual nos centros de detenção era parte de um sistema punitivo que pretendia corrigir o desvio político e de gênero das mulheres” (GONZÁLEZ, 2016, p. 133).

Nesse sentido, é possível concluir que a instrumentalização do corpo feminino na ditadura chilena é parte do sistema do uso deliberado da violência de gênero como ferramenta política e social. A violência sexual, ao mesmo tempo que desumanizava as mulheres, reforçava a hierarquia patriarcal do regime. Os relatos de sobreviventes, como os de Luz Arce e Marcia Merino expostos na obra de González (2016), são cruciais para a compreensão da extensão dessa violência e da luta contra seu esquecimento.

Além do mais, é possível observar que a violência político-sexual (VPS) foi empregada como uma ferramenta sistemática de repressão e dominação. Mais do que um efeito colateral da repressão, a violência sexual foi intencionalmente utilizada como um dispositivo de controle político e disciplinamento social, especialmente direcionado aos corpos femininos, mas também atingindo homens, jovens e dissidentes em geral. A literatura recente demonstra que a VPS foi estruturante no projeto autoritário chileno, operando como mecanismo de desmobilização política e reprodução de uma ordem patriarcal e neoliberal.

Segundo Jocelyn Maldonado (2018), a violência político-sexual (VPS) foi uma ferramenta estratégica no marco do Terrorismo de Estado durante a ditadura chilena, utilizada como decisão política para impor um novo modelo social, econômico e ideológico. A autora enfatiza que, no Chile,

"se mató y se torturó en beneficio de un tipo específico de acumulación de Capital [...] reestructurando a su vez el patriarcado y las relaciones sexogenéricas" (MALDONADO, 2018, p. 3-4).

A esse respeito, vale destacar um trecho da introdução da pesquisa de Maldonado, no qual ela afirma

Las mujeres que sufrieron la represión y violencia política durante este período sabían que ser detenidas implicaba exponer sus cuerpos no sólo a la violencia física, a la tortura e incluso a la muerte, sino también que dicha violencia estaba atravesada en gran parte por la violencia sexual. [...] Esta denuncia se posiciona como una lucha política que busca justicia y reparación en función de detener a sus agresores, pero también como una batalla por la memoria: una memoria que denuncia que en Chile se torturó y se violó con un fin político y que la sociedad actual es también producto de esos hechos de violencia (MALDONADO, 2018, p. 1).

Essa forma de violência não se limitou a punir fisicamente opositores, mas buscou destruir práticas, memórias e laços comunitários que ameaçavam a ordem desejada pelo regime. Assim, a tortura sexual foi utilizada como pedagogia do terror, inserida no projeto de refundação social e simbólica promovido pela ditadura.

No mesmo sentido, a violência dirigida às mulheres não pode ser entendida separadamente das estruturas de gênero que a sustentaram. Como mostra o dossiê publicado pela revista *Clepsi-*

dra, a repressão nos regimes do Cone Sul foi profundamente generificada, ainda que invisibilizada por décadas. Segundo Peller e Sutton (2020), "a memória coletiva não é neutra em relação ao gênero" e as narrativas produzidas sobre os regimes autoritários foram marcadas por silenciamentos sistemáticos quanto às experiências de violência sexual (PELLER; SUTTON, 2020, p. 7). As autoras argumentam que só a partir da emergência de movimentos feministas e da criação de espaços legítimos de escuta, especialmente após os anos 2000, foi possível romper o pacto de silêncio e instituir a VPS como categoria política e jurídica.

A ocultação da VPS nas narrativas hegemônicas de memória foi especialmente forte nos relatos oficiais de transição democrática. Hillary Hiner (2015) analisa os relatórios das comissões da verdade no Chile e na Argentina e aponta que, apesar de documentarem amplamente a repressão, essas instâncias produziram uma memória androcêntrica, na qual a violência sexual e a tortura de mulheres foram sistematicamente desconsideradas. As comissões de verdade construíram discursos universalizantes sobre as vítimas, apagando marcadore como gênero, etnia ou sexualidade. Dessa forma, estabeleceu-se uma imagem da vítima como masculina, branca, heterossexual e de classe média, que simbolizava toda a nação, negando assim a especificidade da violência contra as mulheres. No entanto, durante muitos anos essa presença

feminina não implicou um questionamento mais profundo acerca das formas específicas pelas quais a violência política foi marcada pelo gênero e sexualidade. Pelo contrário, tendia-se a compreender a violência apenas como “política” e, por isso, as vítimas eram vistas como um grupo homogêneo, no sentido de não possuir gênero, etnia, raça ou orientação sexual (HINER, 2015, p. 255).

Como é visto no trecho

No obstante, durante muchos años esta presencia femenina no supuso un mayor cuestionamiento sobre las maneras específicas en que la violencia política fue generizada y sexualizada. Al contrario, se tendía a rescatar la violencia sólo como ‘política’ y, por tanto, a las víctimas como grupo algo ‘homogéneo’, en el sentido de no tener género, etnicidad, raza, u orientación sexual.” (HINER, 2015, p. 255)

Jelin (2002) argumenta que as memórias coletivas resultam de processos ativos de seleção, interpretação e disputa, conduzidos por diferentes atores sociais, denominados por ela de “empreendedores de la memoria”. Esses sujeitos, que podem ser indivíduos, organizações ou movimentos, desempenham papel central na definição das lembranças que serão valorizadas e naquelas que serão relegadas ao esquecimento, articulando discursos destinados a legitimar determinadas visões sobre o passado. Nesse contexto, recorrem a marcos simbólicos e rituais públicos com o objeti-

vo de fixar certas interpretações como legítimas ou oficiais, ao mesmo tempo que marginalizam narrativas e experiências que não se alinham ao discurso dominante. Essa perspectiva permite compreender como determinados grupos, como mulheres que sofreram violência sexual em contextos de repressão política, frequentemente têm suas experiências invisibilizadas ou despolitizadas, sendo excluídas do reconhecimento público e da memória oficial.

O dossiê “Gênero, violência e resistência. Memórias do terrorismo de Estado”, coordenado por Mariela Peller e Bárbara Sutton, emerge como uma contribuição fundamental para desvelar as formas como as violências de gênero e a instrumentalização do corpo feminino foram empregadas durante as ditaduras latino-americanas. O estudo aponta que essa dimensão da repressão permaneceu “silenciada durante décadas”, e somente mais tarde houve um reconhecimento social dos aspectos sexuais e de gênero da violência em prisões e centros clandestinos de detenção (PELLER; SUTTON, 2020, p. 6-7). Ao focar em casos como os da ditadura chilena, o dossiê explora a aproximação em chave de gênero às violências exercidas sobre os corpos e subjetividades, buscando iluminar memórias que, até recentemente, estavam ocultas ou insuficientemente visibilizadas (PELLER; SUTTON, 2020, p. 7). Especificamente para o Chile e o Uruguai, o material aborda as “torturas e tor-

mentos sexo-genéricos" que transcendem a "genitalidade", atingindo mulheres cuja militância transgredia os códigos de gênero dominantes e resultando em "formas de castigo específicas que se nutriam das normas e hierarquias de gênero hegemônicas" (PELLER; SUTTON, 2020, p. 9). Dessa forma, a obra ressalta como a repressão se articulou com as desigualdades de gênero, raça, classe e orientação sexual, evidenciando o uso estratégico da violência contra o corpo feminino como ferramenta de controle e disciplina política.

No contexto da ditadura chilena, a repressão política foi acompanhada de uma reafirmação de papéis tradicionais de gênero que empurravam as mulheres de volta à esfera privada. Julieta Kirkwood (1986) argumenta que, apesar da longa luta feminista por participação política, muitas dessas conquistas foram esvaziadas com o tempo. Ela aponta que a ditadura reforçou um ideal de feminilidade baseado na domesticidade, esvaziando a presença pública das mulheres e dificultando sua ação política plena. Esse processo não ocorreu sem resistência, mas foi marcado por divisões internas no movimento feminista, falta de coesão e um cenário político que silenciava ativamente as vozes femininas dissidentes.

Casi universalmente se llegó a la misma evidencia: no importaba cuánto hubiese costado, ni cuán larga hubiese sido la lucha sufragista, los movimientos feministas se disolvían justa-

mente cuando se obtenía el voto político" (KIRKWOOD, 1986, p. 68).

Jocelyn Maldonado aprofunda essa leitura ao mostrar que a violência contra as mulheres teve caráter sistemático e pedagógico. O objetivo era não só punir, mas educar corpos femininos e feminilizados (MALDONADO, 2018, p. 131), moldando subjetividades submissas aos valores do novo regime neoliberal e patriarcal. A maternidade, por exemplo, foi usada como instrumento de chantagem e tortura, as mulheres presas grávidas ou com filhos pequenos foram submetidas a violências adicionais, como a separação forçada, ameaças de infanticídio e esterilizações forçadas (MALDONADO, 2018, p. 129-130).

A repressão sexual também atingiu homens, especialmente de forma a "feminilizá-los" como estratégia de humilhação. Maldonado mostra que muitos homens foram vítimas de estupros ou sofreram torturas que visavam destruir sua virilidade, demonstrando que o patriarcado também opõe corpos masculinos que desviam do ideal hegemônico (MALDONADO, 2018, p. 134). Nesse sentido, a VPS funcionou como uma máquina biopolítica, isto é, uma forma de controle dos corpos e da reprodução social.

A análise da violência político-sexual durante a ditadura chilena evidencia que essa prática não foi um desvio isolado ou um excesso eventual da repressão, mas uma tecnologia de poder estru-

turante, projetada para disciplinar, controlar e reformular os corpos e as subjetividades de toda uma população. Os corpos femininos, especialmente, tornaram-se alvos privilegiados dessa violência, operando como territórios simbólicos onde o regime impôs sua ordem patriarcal e neoliberal. No entanto, a resistência feminista, tanto durante quanto após a ditadura, emergiu como uma força fundamental de denúncia, memória e justiça. As mulheres que sofreram e sobreviveram à repressão sexual reivindicaram, por meio de seus testemunhos e mobilizações, o reconhecimento da especificidade de sua dor como parte integrante da violência política. Essa luta desestabilizou as narrativas androcêntricas da transição democrática e contribuiu para a construção de uma memória histórica mais justa e plural. Assim, o enfrentamento da violência político-sexual no Chile não apenas revelou os mecanismos ocultos da dominação autoritária, mas também consolidou as bases de uma cidadania feminista que exige, ainda hoje, o direito à verdade, à justiça e à reparação.

CONCLUSÃO

A análise feita durante o artigo sobre a utilização a violência de gênero como uma forma de poder no regime ditatorial no Chile demonstra como a instrumentalização do corpo feminino foi um meio para se alcançar as manifestações do poder

ditatorial da ordem impostos por Pinochet. Esses corpos, como argumentado por Arnold (2020), não só serviram para serem exemplos de práticas de repressão, humilhação, posse e dominação política e social, como também foram utilizados para formar barreiras de luta e resistência a quem estivesse disposto a se opor contra esse regime, impondo vigorosamente uma sociedade baseada em moldes grosseiramente patriarcais.

Assim, compreender as dimensões de como se dão as motivações e quais são as dimensões dessa violência faz-se necessário para que as memórias e feridas deixadas na sociedade chilena sejam devidamente reconhecidas e lembradas, para que atitudes tão brutais assim não possuam mais espaço dentro do sistema internacional contemporâneo. Entender que a estratégia utilizada neste regime não se deu apenas por uma diferenciação de gênero, mas sim, por uma brutalidade pensada para atingir os objetivos autoritários e controladores que seriam necessários para a implantação o regime ditatorial, é necessária para que ela seja compreendida como um ato que fere os direitos humanos e perpetua métodos de desumanização (SANTOS, 2017, p. 19).

Contudo, o artigo visou dar voz às mulheres vítimas das práticas cometidas nesta ordem ditatorial, reforçando a relevância das memórias vividas por essas cidadãs e o sofrimento sentido pelos seus corpos a partir de uma revisão histórica da

ditadura chilena em busca de investigar a estrutura das raízes da violência de gênero como instrumento de poder. Logo, ao expor esses relatos e narrativas em conexão com autores da ciência política, busca-se reviver o compromisso global de luta contra as correntes de apagamento da memória, e que faz com que corpos sejam instrumentos e vidas sejam descartes, desassociando a prática violenta de gênero da política internacional.

Ao refletir sobre esse processo histórico, torna-se evidente que a memória das violências não pode permanecer relegada ao silêncio institucional ou ao esquecimento coletivo. Ela deve ser constantemente resgatada e atualizada em diferentes espaços acadêmicos, políticos e sociais, como ferramenta de conscientização, justiça e transformação. É fundamental compreender que o reconhecimento da dor e da resistência dessas mulheres não é apenas uma questão do passado, mas um passo essencial para a construção de uma sociedade que não tolera nenhuma forma de violência de gênero. A luta contra o autoritarismo e pela igualdade continua sendo atual e urgente, exigindo o fortalecimento de redes de solidariedade e engajamento crítico diante das estruturas que ainda hoje reproduzem práticas de opressão e exclusão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. M. C. (org.). **Encontro com Rita Segato por sua linhagem: memórias e memorial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2023. E-book, 263 p. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/495>. Acesso em: 5 dez. 2024.

ARNOLD, Rafaela Kinnemann. **O corpo feminino como território para conquista: o uso do estupro como arma de guerra em Ruanda e Bósnia-Herzegovina**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/11446/Rafaela%20Kinnemann%20Arnold.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 dez. 2024.

BRAVO, B. de S. A pressão de gênero sob a mulher chilena: a perspectiva de Ana, da série *Los 80*. **O Cosmopolítico**, v. 6, n. 1, p. 145–158, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ocosmopolitico/article/view/53825>. Acesso em: 8 dez. 2024.

GARRAO, A. Z. La mujer como sujeto de la violencia de género durante la dictadura militar chilena: apuntes para una reflexión. **Nuevo Mundo Muni-**

- dos Nuevos**, seção Débats, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/27162>. DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.27162>. Acesso em: 3 dez. 2024.
- GARRAO, A. Z. Mujer y dictadura militar en Chile: discursos e prácticas patriarcais.** Santiago: FLACSO, 2002. Acesso em: 2 dez. 2024.
- GONZÁLEZ, R. N. S. Testimonios sobre violencia sexual y delación: víctimas/verdugos en la zona gris de la era Pinochet.** Santiago: University of Notre Dame, 2016.
- HUNEEUS, C. El régimen de Pinochet.** *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, n. 99, p. 274–281, 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/274201815>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- KIRKWOOD, J. Ser política en Chile: las feministas y los partidos.** Santiago: Facultad Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO), 1986. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/archivos2/pdfs/MC0049932.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2024.
- LORENZINI, K. Feministas en lucha anti Pinochet.** [Fotografia]. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/>
- File:Feministas_en_lucha_anti_Pinochet_(de_Kena_Lorenzini).jpg.** Acesso em: 6 dez. 2024.
- LÓPEZ VARAS, M. Á.; GAMBOA VALENZUELA, R. Sufragio femenino en Chile: origen, brecha de género y estabilidad, 1935–2009.** *Revue des Études Sociales*, v. 28, p. 124–137, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/revestudsoc/9349>. Acesso em: 8 dez. 2024.
- MARTINS, J. R. V. Chile: ditadura, neoliberalismo e desigualdades.** In: **América Nuestra: perspectivas políticas e sociais na América Latina.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. Disponível em: <https://www.americasocialista.org/documento.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. (orgs.). Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/360317813>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- SEGATO, R. L. Território, soberania e crimes de segundo estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez.** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, [p. não informado], ago. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200003>. Acesso em: 6 dez. 2024.

- SIMÕES, S. S. **O golpe de estado e a primeira fase da ditadura civil-militar no Chile.** 1998. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/8585/6342/31041>. Acesso em: 8 dez. 2024.
- SANTOS, T. L. **Mulheres chilenas e a ditadura de Pinochet: o reconhecimento da violência política marcada pela questão de gênero.** 2017. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstre-am/10483/17937/1/2017_TalitaLimaDosSantos_tc_c.pdf. Acesso em: 5 dez. 2024.
- VERENICZ, M. Como e por que o estupro é utilizado como arma de guerra. **CartaCapital**, 31 maio 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/como-e-por-que-o-estupro-e-utilizado-como-arma-de-guerra/>. Acesso em: 4 dez. 2024.
- WIKIPEDIA. **Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación.** Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Comisi%C3%B3n_Nacional_de_Verdad_y_Reconciliaci%C3%B3n. Acesso em: 8 dez. 2024.
- WIKIPEDIA. **Comissão Valech.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_Valech. Acesso em: 8 dez. 2024.
- WIKIPEDIA. **Dirección de Inteligencia Nacional.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Direcci%C3%B3n_de_Inteligencia_Nacional. Acesso em: 8 dez. 2024.
- WIKIPEDIA. **Feminismo no Chile.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Feminismo_no_Chile. Acesso em: 8 dez. 2024.
- HINER, H. ¿El “nunca más” tiene género? Un análisis comparativo de las comisiones de la verdad en Chile y Argentina. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 39, p. 253–270, jul./dez. 2015. Disponible em: https://www.academia.edu/45570608/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Dossi%C3%A7%C3%A3o_AA_Ditaduras_no_Cone_Sul_mem%C3%B3ria_g%C3%A3o_e_feminismos. Acesso em: 8 ago. 2025.
- JELIN, E. **Los trabajos de la memoria.** Madrid: Siglo XXI de España, 2002. Disponível em: <https://www.centroprodh.org.mx/impunidadayehoy/DiplomadoJT2015/Mod2/Los%20trabajos%20de%20la%20memoria%20Elizabeth%20Jelin.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

KIRKWOOD, J. **Ser política en Chile: las feministas y los partidos.** Santiago: FLACSO, 1986. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/archivos2/pdfs/MC0049932.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

MALDONADO, J. “**Devolviendo a su sitio”: violencia política sexual y terrorismo de Estado en la dictadura cívico-militar chilena desde una perspectiva de género.** 2018. Tesis (Magíster en Estudios de Género y Cultura, mención Humanidades) – Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad de Chile, Santiago, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/171552/Devolviendo-a-su-sitio.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 ago. 2025.

PELLER, M.; SUTTON, B. Introducción: género y memorias sobre las violencias en dictadura. Clepsidra: **Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria**, Buenos Aires, v. 7, n. 14, p. 6–11, out. 2020. Disponível em: <https://revistas.ides.org.ar/clepsidra/article/view/288/124>. Acesso em: 8 ago. 2025.

NOTAS

¹A Direção de Inteligência Nacional (DINA) foi uma entidade repressiva que operou durante a ditadura militar no Chile. Esse órgão desempenhou um papel central em uma série de violações de direitos humanos, incluindo tortura, sequestros e assassinatos, além de estar diretamente vinculada à gestão de centros de detenção e tortura (Wikipedia, 2024).

²A Comissão Rettig foi criada em abril de 1990, como uma das primeiras iniciativas do processo de redemocratização no Chile. Sua função principal foi investigar 3.400 casos específicos de violações de direitos humanos ocorridas durante os 17 anos da ditadura militar, incluindo tortura, maus-tratos, execuções sumárias, desaparecimentos forçados e ocultação de corpo (Wikipedia, 2024).

³A Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, conhecida como Comissão Valech, foi instituída em 2003 durante o governo de Ricardo Lagos. Criada com base no Decreto Supremo nº 355, de 25 de abril de 1990, a comissão teve como missão apurar violações de direitos humanos ocorridas no Chile durante a ditadura de Augusto Pinochet, entre 11 de setembro de 1973 e 10 de março de 1990. Seu trabalho envolveu o reconhecimento de casos de prisão política, tortura, desaparecimentos forçados, execuções e sequestros motivados por razões políticas (Wikipedia, 2024).

⁴O Movimento de Emancipação da Mulher Chilena (MEMCh), foi um grupo fundado em 1935 por feministas que se destacou por ser um dos grandes repercursores do movimento feminista no Chile, na qual lutou pelo direito das mulheres e uma melhor inserção das mesmas em âmbitos que iam atras de sua emancipação econômica e legal. (Wikipedia, 2024).